



GERÊNCIA DE OPERAÇÃO NÃO HONRA PALAVRA

ESCALA 6X1 – 5X2 para condutores não foi implantada

No Acordo Coletivo do ano de 2012 foi aprovada a escala 6x1 – 5x2 para Condutores e Pilotos a partir de janeiro de 2013.

Vale ressaltar que a escala foi aprovada sem número mínimo de Condutores/Pilotos, condição imposta pelo Metrô Rio para sua aprovação.

No início de 2013, estivemos reunidos com a Gerência de transporte do Metrô Rio, que empenhou sua palavra no sentido de implantar a referida escala, não com

o número mínimo de Condutores, mas com todo o efetivo a partir de 1º de junho de 2013.

Meses se passaram e os Pilotos/Condutores aguardaram com toda paciência a implantação da escala. A verdade é que a empresa novamente alega falta de efetivo, o que caracteriza, de forma clara, a falta de planejamento do Setor de Transporte, que nem ao menos se dignou a comunicar previamente a impossibilidade de cumprimento do acordado.

Mas, como o seguro morreu de velho, a escala 6x1 – 5x2 para todo o efetivo é pauta do Acordo Coletivo 2013/2014. Quem sabe os negociadores da empresa honrem o compromisso que nossa chefia deixou de cumprir.

É notório que depois que inventaram a depilação masculina o acordado no fio de bigode perdeu muito o seu valor. A luta continua Pilotada, tudo que conseguimos até hoje foi batalhando. Não existe patrão bonzinho, quem tem este pensamento está completamente enganado.

Auditoria dos processos do “Acordão” Riotrilhos

A empresa contratada para auditar os cálculos dos valores da dívida trabalhista da RIO TRILHOS apresentou relatórios

preliminares solicitando informações sobre os cálculos realizados. A expectativa é a de que o relatório final seja entregue dentro do prazo

contratado, isto é, até o final de junho, quando poderemos analisá-lo e, a partir daí, iniciarmos as negociações com quem os administradores indicarem.



Dia 28 de junho 2013, das 13 às 22 horas na sede do Simerj

Arraiá da família metroviária Venha participar do Arraiá do Simerj. Teremos bebidas e comidas típicas: Quentão, Canjica, Bolo de Milho, e muito mais... Tudo a preços populares! Traga a família e os amigos para se divertir! Rua Santa Amélia, 41 – Praça da bandeira. Entre as estações de Afonso pena e Estácio

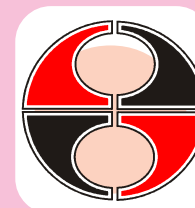
Encontro dos Aposentados na CADEG foi um sucesso!

Dia 06/07, novo passeio dos aposentados.

Concentração no Parque de Madureira às 10 horas, no portão principal.

Próxima reunião dos aposentados dia 10/07, 10 horas, na sede do Simerj

LINHA DIRETA



Publicação Oficial do SIMERJ – Gestão 2012/2014 – nº 08 – Filiado à FENAMETRO

www.simerj.org.br – simerj@simerj.org.br – tel.: (21) 2532-0331 – fax: (21) 2262-7409

12/06/2013 – Rua Santa Amélia, 41 – Pça da Bandeira – Rio de Janeiro

Acordo Coletivo Metrô Rio

No dia 06/06, terça-feira aconteceu mais uma reunião do acordo e, de tudo que se conversou até agora, só uma coisa ficou certa: a insistência dos representantes patronais em afirmar que a empresa não tem dinheiro, inclusive tendo a ousadia de levar um técnico da empresa para justificar a diminuição do número de usuários

pagantes no sistema operacional nos primeiros meses do ano.

Mas, quando houve o aumento significativo de passageiros, os valores não foram repassados na mesma proporção para os empregados, sem falar do lucro da empresa. Então, não venham com desculpas esfarrapadas.

No próximo dia 18/06, às 10 horas, está marcada mais uma rodada de negociação.

Companheiros! Vamos nos preparar para um Acordo Coletivo difícil este ano, onde a mobilização será fundamental. As conquistas acontecerão, somente com a união de todos!

Práticas antissindiciais fere os Direitos Humanos

DIRETORES DEMITIDOS PELO METRÔ RIO



MARCELLA - 2013



FRANÇA - 2010



JOAZ - 2007

BASTA de práticas Anti-sindiciais

Apoio: Fenametro Simerj

ANISTIA JÁ



CASQUINHA - 2007



POLO - 2006





Riotrilhos abre Acordo Coletivo 2013 de Iona!

Até a presente data, empresa não oficializou sua comissão

Parece mentira, mas, ao tentar escrever esta matéria, nos demos conta que não temos nenhuma novidade até esta data. Tudo que foi dito no informativo anterior continua atual. É lamentável a morosidade com que as coisas são tratadas pela empresa. Como se diz: “é a lesma lerda” ou “caminhando a passo de paquiderme”.

O descaso continua, repetindo-se ano a ano. A empresa custa a marcar reunião e quando acontece é para dizer que não tem autonomia para negociar e que o processo será remetido para SEPLAG, SEFAZ e “SEFAZNADA”, para decidirem que não farão nada; formam um processo que é esquecido nas

prateleiras junto com os outros que, desde 2000 totalizam hoje 11 dissídios. Por conta disso, estamos aguardando decisão do STF para que consigamos que sejam julgados pela Justiça do Trabalho. Só para refrescar a nossa memória e dos atuais administradores, nos 5 dissídios/processos cujos valores estão sendo auditados, o total está próximo de R\$ 400 milhões; claro que o número de empregados era maior que o atual, mas em compensação, o número de dissídios já é quase 3 vezes maior que o outro. E ainda perguntam como é que a dívida chegou a este valor. Realmente, é muito lamentável! Já faz um mês que enviamos para a

empresa a pauta de negociação aprovada em assembleia e os nomes dos que formam a Comissão de Negociação - representante dos empregados eleitos, também em assembleia e, infelizmente ela, a empresa, não dá nem sinal de formação de sua comissão e muito menos de marcação da primeira reunião. O SIMERJ já reiterou o ofício solicitando marcação de reunião. Esta situação é inadmissível, pois mesmo não tendo poder de decisão, ela deveria fazer ao menos a sua parte.

Caso essa situação permaneça, o Sindicato entrará com pedido de ajuizamento e marcação de uma audiência de conciliação na Justiça.

Esclarecimentos sobre DC 96 – 4,44 % e DC 99 – 3,88%

Como informamos no informativo anterior, o contrato que firmamos em 22/01/13, com o escritório de advocacia, o prazo era de 120 dias para conseguir levantar o alvará com sucesso, referente ao **DC 1996 – 4,44%**, terminou em 21/05, ficando, ambas as partes liberadas, sem ônus, Sindicato e Escritório. O processo continua seu curso judicial. A partir daí, os advogados do Sindicato voltaram a atuar nos dois processos. Já peticionamos no

sentido de restabelecer os seus poderes de atuação.

1) DC 1996 – 4,44%

O processo encontra-se em fase de execução, com os cálculos concluídos pela contadoria da Vara, conforme já informado anteriormente. Ainda não houve depósito de valor do principal.

2) DC 1999 – 3,88%

Para conclusão deste processo está faltando somente a expedição do alvará do **FGTS**, a ser liberado

pela Vara, e depositado diretamente nas respectivas contas dos empregados ativos, conforme acordo firmado e também publicado anteriormente. O processo encontra-se com a Juíza para despachar, em função da petição enviada pela RIOTRILHOS com as informações atualizadas do **INSS**, a ser depositado nas contas respectivas dos empregados que têm direito.

Assistência médica e hospitalar Plano de saúde ASSIM

Conforme reivindicado por muito tempo pelos empregados, a RIOTRILHOS finalmente firmou um contrato que prevê a possibilidade de utilização de planos em condições superiores

com maior cobertura, de forma a proporcionar uma quantidade maior e melhor de serviços, oferecendo a opção, para isso, de uma tabela de valores superiores e complementares a atualmente

contratada, desde que assumam o pagamento através de desconto em folha, se houver margem consignável. Os empregados que optarem, deverão entrar em contato com o DEREK / C. EMP.



DIREITOS HUMANOS PARA OS DIRIGENTES SINDICAIS DEMITIDOS

Auditório Nelson Carneiro, na ALERJ, ficou pequeno

Por iniciativa do Deputado Paulo Ramos (Presidente Comissão de Trabalho), da Deputada Janira Rocha (Vice - presidente Comissão de Trabalho) e da Federação Nacional dos Metroviários – FENAMETRO foi realizada na última quinta - feira, dia 06/06/2013, Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro tendo como pauta a Convenção 151 da OIT e as demissões de dirigentes sindicais no Estado brasileiro.

O Auditório Nelson Carneiro ficou pequeno, sendo preciso limitar a entrada dos trabalhadores ao evento, numa demonstração de solidariedade e indignação em relação as práticas antissindiais que são cometidas no Brasil.

Metroviários do Brasil inteiro estiveram presentes na audiência para protestar contra os Governos Estaduais e a Concessão Metroviária do RJ S.A (Petros-FUNCEF-Previ-OAS), que insistem em não respeitar a estabilidade provisória dos diretores sindicais, e principalmente o Estado brasileiro, que já foi condenado pela OIT por práticas antissindiais em seu território.

Os Trabalhadores da categoria estiveram representados na mesa de

debate pelos diretores da FENAMETRO Ariston Siqueira, Vice-Presidente Regional e pelo Diretor Tesoureiro Salaciel Vilela e o ex-Senador e Membro da Comissão da Verdade Geraldo Cândido, além de lideranças das Centrais Sindicais de todo Brasil.

O vice-presidente da Comissão da OAB, Aderson Bussinger, afirmou, que irá encaminhar proposição para realizar uma segunda reunião sobre o assunto, desta vez na sede da OAB-RJ. “Atuar como dirigente de movimento sindical nesse País está se tornando sinônimo de risco constante. Os meios para que o trabalhador se defenda são legitimados, mas não efetivados”, afirmou Bussinger.

“Estamos cientes da fragilização da classe trabalhadora e da pulverização de seus direitos. A ajuda é bem vinda”, realçou o presidente da Comissão de Trabalho, deputado Paulo Ramos (PDT). O artigo 84 da Constituição do Estado permite que os servidores públicos se associem a sindicatos e exerçam o direito de negociação e greve; porém, como não há uma lei de regulamentação exata para essa questão, a proteção necessária, segundo os sindicalistas, é negligenciada. “Não temos avançado. Aliás, acredito que

retrocedemos”, lamentou o vice-presidente do Sindicato dos Metroviários do Rio, Ariston Siqueira. Ele denunciou a ausência de garantias e estabilidades empregatícias aos trabalhadores que se envolvem com o movimento sindical.

O procurador-geral do Ministério Público Estadual do Trabalho, João Carlos Teixeira, ressaltou que, ao assinar a Convenção 151 da OIT, o Brasil é obrigado a implementar as mudanças previstas no acordo. “Está faltando a ação de um órgão gestor para tratar das questões trabalhistas da forma como a convenção estabelece. O servidor tem direito de negociar termos trabalhistas com o estado”, disse ele.

“A regulamentação é necessária para que essas pessoas não sofram represálias ou sejam demitidas. A luta principal é essa”, disse a vice-presidente da Comissão de Trabalho, deputada Janira Rocha (PSol). Paulo Ramos encerrou a audiência pública comprometendo-se com a continuidade da discussão. “A convivência com os movimentos é importante, ou não saberemos quais são suas reivindicações. Agora que ouvimos vários representantes de sindicatos, trataremos de cada tema individualmente”, pontuou.



Vice-presidente regional da FENAMETRO - Ariston



Plenária lotada no auditório da ALERJ



Presidente do Simerj Heber